

AL-BA aprova “pacotão” de austeridade fiscal do governador

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

Em uma sessão conturbada e histórica, o “pacotão” de austeridade fiscal enviado pelo governador Rui Costa (PT) para a Assembleia Legislativa da Bahia foi aprovado pelos parlamentares. A sessão estava marcada para terça, mas foi adiada para a manhã de ontem pelo presidente da Casa, deputado Angelo Coronel (PSD). A decisão foi tomada após a invasão do plenário Orlando Spínola por servidores estaduais. O local da votação aconteceu alternativamente no Auditório Jornalista Jorge Calmon. O pacote tem por objetivo ar-

mar financeiramente a gestão de Rui contra o rombo previdenciário estadual. O orçamento deficitário pode chegar a R\$ 4,08 bilhões até o fim de 2018. Foi aprovada a alteração da alíquota de contribuição ao Funprev, que sai de 12% para 14%. Trata-se da alteração do artigo 67 da Lei nº 11.357/2009.

Órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic) e o Centro Industrial do Subaé (CIS) ficam extintos. Já a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) tem sua extinção autorizada, mas deve virar superintendência. Será criada a Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU) para “coordenar e executar proje-

tos, gerenciar intervenções de engenharia, bem como executar as obras e ações inerentes às políticas de edificações públicas, desenvolvimento urbano e habitacional no Estado da Bahia”.

A oposição protestou e chegou a deixar o auditório durante a votação. “Nós estamos aqui, de forma acovardada, nos porões da Assembleia, votando um projeto que é de interesse de toda a população”, disse o líder da oposição, Luciano Ribeiro (DEM). “Tentamos até agora demover disso porque entendemos que precisam ser transparentes e não podemos votar nos fundos da Assembleia medidas tão duras”.

“O que vimos aqui hoje na Assembleia Legislativa foi



O “PACOTÃO” de austeridade fiscal enviado pelo governador Rui Costa (PT) para a Assembleia Legislativa da Bahia foi aprovado pelos parlamentares

uma atitude de autoritarismo por parte de um Governo que foi eleito com o discurso de democracia. O governo demonstrou insensibilidade ao não discutir os projetos que mudam a estrutura do estado e, principalmente prejudicam os servidores públicos estaduais. É lamentável que toda uma articulação tenha sido imposta no sentido de que o Governo passasse o rolo compressor e aprovasse os projetos do seu inte-

resse. A bancada de oposição fez coro ao protesto de todos aqueles que aqui exigiram respeito e uma revisão desses projetos que são um verdadeiro pacote de ruindades do Governo contra o povo da Bahia”, afirmou Ribeiro.

O líder do governo, Zé Neto (PT), afirmou que todos tinham conhecimento da situação fiscal do estado. “Rui quando falou em debates na TV deixou claro que teríamos uma crise a ser enfren-

tada ano que vem e a todos os sindicatos que estiveram comigo aqui discutindo assuntos aqui relacionados a governo a eles foi colocado, assim como fizemos aqui com vocês da imprensa, como ocorreu na ocasião da prestação de contas em abril, isso foi passado. Temas que foram abordados com extensão, até porque não existe essa coisa de omitir dados, as contas são públicas e as prestações de contas foram feitas

publicamente. Se tem alguma desinformação não é nossa. Sem falar, que o tema previdência não é só na Bahia, é um problema de todo o país”.

Coronel ressaltou que é preciso preservar o direito ao protesto, assim como não se pode ignorar os direitos dos legisladores de realizarem os seus trabalhos. “Achei um absurdo (a invasão). Aqui sempre atendi a todos os segmentos da sociedade e nunca teve problema. Não aceito a pessoa protestar aqui e deprestar o patrimônio”, afirmou.

VOTAÇÃO DISPUTADA

Câmara aprova projetos tributários e entra em recesso



A CÂMARA DE SALVADOR aprovou, ontem, dois projetos que alteram o Código Tributário, a Lei Orçamentária Anual

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

A Câmara de Salvador aprovou, ontem, dois projetos que alteram o Código Tributário, a Lei Orçamentária Anual (LOA), e entrou em recesso. As atividades na Casa retornam no dia 2 de fevereiro, quando o prefeito ACM Neto (DEM) levará a mensagem do Executivo para o Legislativo soteropolitano.

Na sessão de ontem, uma das matérias aprovadas foi a que garante isenção do pagamento do

Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis objetos de concessão pública para “exploração de atividade econômica nos limites da concessão e do interesse público”. Também foi aprovada uma série de incentivos fiscais ao setor imobiliário. Os projetos tiveram 37 votos favoráveis, apenas Hilton Coelho (PSOL) foi contrário.

Nesta semana, a Câmara aprovou seis projetos do Executivo em dois dias. Anteriormente, a Casa já tinha apreciado a proposta do programa “Pé na Escola”, que cria

10 mil vagas para crianças na rede privada, e também a que cria a diretoria animal, que ficará vinculada à Secretaria de Ordem Pública (Semop). Também foi aprovado o projeto que cria o Fundo Municipal de Mobilidade Urbana, que, segundo o secretário municipal de Mobilidade, Fábio Mota, permitirá a renovação da frota de ônibus na cidade.

Na sessão, os vereadores, que foram eleitos deputados neste ano, se despediram da Casa. Foi o caso do presidente da Câmara, Leo Prates

(DEM), de Paulo Câmara (PSDB) e Hilton, que foram eleitos para a Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA). Também foi eleito Igor Kannário (PHS) para Câmara dos Deputados. No retorno às atividades, a Câmara terá um novo presidente Geraldo Júnior (Solidariedade), que foi eleito neste ano. “Acho que posso ser o interlocutor [entre o governador Rui Costa e prefeito ACM Neto]. Temos que deixar de lado as amarras do processo político”, disse, em entrevista à rádio Metrôpole nesta semana.

Deputado Bacelar critica apoio do Podemos a governo Bolsonaro

Com uma bancada de 11 deputados federais a partir de 2019, o Podemos se reuniu na terça-feira com o presidente eleito Jair Bolsonaro e prometeu apoio a projetos do futuro governo. A posição oficial do partido em qualquer governo é de independência, mas parlamentares afirmam que irão apoiar projetos positivos para o país. Sem citar nenhum projeto de forma específica, Bolsonaro pediu apoio da bancada para as “reformas estruturantes” e medidas de enfrentamento à corrupção. Os parlamentares do Podemos também apresentaram ao presidente eleito as principais demandas de suas bases nos estados. Procurado pela **Tribuna**, o baiano Bacelar (Podemos) afirmou que continuará fazendo oposição ao governo eleito.

“A bancada foi para uma reunião com o presidente eleito. Eu não fui e avisei que não iria, porque a minha posição é de oposição à nova administração. O que eu sinto na bancada é uma tendência de apoio ao governo. A direção do partido defende uma posição de independência”, afirma. “Eu pessoalmente farei oposição porque acho que a pauta do presidente é retrógrada. Não o apoiei na eleição, apoiei Haddad. E os eleitores me colocaram nessa posição”.

Indagado sobre uma das principais bandeiras de Bolsonaro, a Reforma da Previdência, Bacelar revela o seu posicionamento. “Acho que devemos fazer uma reformulação da Previdência pública, mas acho que antes temos que fazer a lição de casa. Cobrar de

quem deve a Previdência, abrir a caixa preta da Previdência... Enfim, realizar uma série de medidas administrativas antes de querer colocar nas costas do trabalhador mais esse peso”. Para o parlamentar, o presidente terá governabilidade apenas no primeiro semestre de mandato. “Acredito que nos seis primeiros meses sim [ele terá governabilidade], mas depois ele terá muita dificuldade. A equipe dele não tem experiência na relação com o Poder Legislativo. É uma equipe com um viés autoritário. E o presidente não tem propostas. Qual é a proposta do presidente para a Economia? Para a área social? O presidente só fala em dar tiro e combate à corrupção. São pautas insipientes e primárias



O DEPUTADO baiano Bacelar, do Podemos, afirmou que continuará fazendo oposição ao governo eleito

governamentais, se tornarão um partido comum”.

Vale destacar que, também nessa semana, a bancada do PSD na Câmara decidiu apoiar o governo do presidente eleito. Entretanto, de acordo com o jornal O Estado de São Paulo, não deve formalizar a decisão por uma questão partidária. Como Bolsonaro não abriu, a princípio, um canal de negociações com as legendas e não deve conceder espaço para indicações políticas, a avaliação é de que não faz sentido arcar com o ônus de eventuais erros da futura gestão. A palavra final sobre integrar ou não a base aliada caberá ao presidente do PSD, Gilberto Kassab. Na Bahia, no entanto, o presidente estadual da legenda, Otto Alencar, continua afirmando que a agremiação baiana continuará fazendo oposição ao novo líder do Palácio do Planalto.

Moema Gramacho desiste de disputar presidência da UPB

MOEMA GRAMACHO emitiu nota ontem confirmando que desistiu de disputar a presidência da União dos Municípios da Bahia



DA REDAÇÃO

A prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho (PT), emitiu nota ontem à imprensa confirmando que desistiu de disputar a presidência da União dos Municípios da Bahia (UPB). A prefeita do PT também declarou apoio à reeleição do atual presidente da entidade, Eures Ribeiro (PSD). “A prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho, é vice presidente da Frente Nacional de Freitas (FNP), presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Municípios (ABM) e presi-

dente do Consórcio da Policlínica de Saúde da Região Metro Recôncavo Norte, tem muitas atividades em defesa das prefeituras, portanto não havia ‘corrida’ para presidência da UPB, como dito na imprensa. Havia indicação de vários prefeitos e prefeitas para que Moema colocasse seu nome à disposição, diante de sua combatividade e capacidade de articulação, e pela experiência na luta municipalista”, disse o texto enviado por sua assessoria de imprensa.

“A prefeita já havia declarado que se prefeito Eures Ribeiro quisesse ir para reeleição teria todo o

seu apoio, como fez durante todo o seu mandato”, acrescenta sua assessoria.

Sobre os supostos problemas administrativos em Lauro de Freitas, que teriam contribuído para a sua decisão, a petista declarou que “problemas administrativos, todos os municípios estão passando por dificuldades, alguns não estão conseguindo sequer pagar salários. Lauro de Freitas está pagando salários, já antecipou metade do décimo terceiro e a outra metade sai antes do dia 20 de dezembro”, disse a prefeita Moema Gramacho, do PT.

DISPUTA

A prefeita de Lauro de Freitas emitiu uma nota confirmando que desistiu de disputar a presidência da União dos Municípios da Bahia (UPB). Ela apoiará a reeleição de Eures Ribeiro